

Banco Fator S.A.

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de
2014 e Relatório dos Auditores
Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Fator S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Fator S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras.

Ênfases

Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras que divulgam:

- a) As Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins; e
- b) Por ser a primeira apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco, a sua Administração optou pela faculdade prevista no § 2º do artigo 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo anterior a 31 de dezembro de 2014.

Créditos tributários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.(b), o Conglomerado Prudencial do Banco possui contabilizado créditos diferidos ativos constituídos sobre os saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$33.677 mil. A realização desses créditos tributários está condicionada à geração de lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

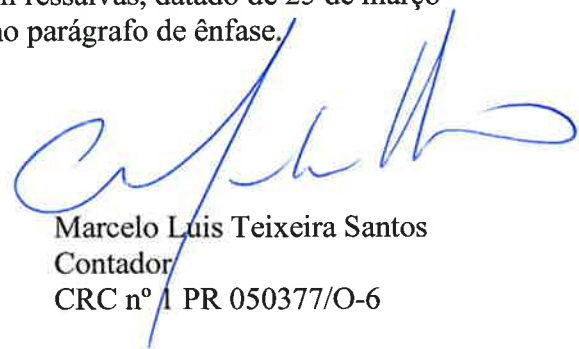
Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem ressalvas, datado de 25 de março de 2015, com ênfase em relação ao mesmo assunto mencionado no parágrafo de ênfase.

São Paulo, 25 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

Relatório da Administração

Banco Fator S.A. (Prudencial)

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. (Prudencial), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao período de 01/01 a 31/12 e de 2014. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

A Diretoria

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Balanço Patrimonial
(Em reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2014
CIRCULANTE		876.044.246,46
DISPONIBILIDADES	3b e 4	447.799,24
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3b, 3c, 4 e 5	1.698.246,35
Aplicações no Mercado Aberto		1.698.246,35
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d, 3e e 6	747.058.902,96
Carteira Própria		313.442.416,61
Vinculados a Compromissos de Recompra		323.965.484,96
Instrumentos Financeiros Derivativos		657.593,90
Vinculados à Prestação de Garantias		108.993.407,49
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		312.929,49
Depósitos no Banco Central		312.929,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3f e 7	95.133.616,16
Setor Privado		96.519.864,09
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7e	(1.386.247,93)
OUTROS CRÉDITOS	8	30.775.349,06
Rendas a Receber		12.796.410,57
Negociação e Intermediação de Valores	3g	11.286.471,88
Diversos		6.870.681,27
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	(178.214,66)
OUTROS VALORES E BENS		617.403,20
Despesas Antecipadas		617.403,20
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		410.156.327,89
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d, 3e e 6	263.946.179,85
Carteira Própria		263.946.179,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3f e 7	71.595.800,59
Setor Privado		72.200.756,38
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7e	(604.955,79)
OUTROS CRÉDITOS	8	74.549.153,02
Negociação e Intermediação de Valores	3g	955.584,39
Diversos		75.931.472,80
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	(2.337.904,17)
OUTROS VALORES E BENS		65.194,43
Despesas Antecipadas		65.194,43
PERMANENTE		160.157.125,82
INVESTIMENTOS	3h	149.363.240,44
Participações em Coligadas e Controladas no País	10	148.653.333,36
Outros Investimentos		886.443,16
(Provisões para Perdas)		(176.536,08)
IMOBILIZADO DE USO	3i	5.682.123,05
Outras Imobilizações de Uso		22.330.751,14
(Depreciações Acumuladas)		(16.648.628,09)
INTANGÍVEL	3j	4.303.053,32
Ativos Intangíveis		5.672.241,70
(Amortização Acumulada)		(1.369.188,38)
DIFERIDO	3j	808.709,01
Gastos de Organização e Expansão		1.678.510,21
(Amortização Acumulada)		(869.801,20)
TOTAL DO ATIVO		1.446.357.700,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Balanco Patrimonial
(Em reais)

PASSIVO	NOTAS	31/12/2014
CIRCULANTE		855.941.921,96
DEPÓSITOS	3m, 11 e 18a	372.527.498,67
Depósitos à Vista		4.062.123,11
Depósitos Interfinanceiros		31.697.839,64
Depósitos a Prazo		336.767.535,92
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3m e 12	312.300.792,35
Carteira Própria		312.300.792,35
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	13	96.417.821,78
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		94.274.649,95
Certificados de Operações Estruturadas		2.143.171,83
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3e e 6c	1.209.386,35
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.209.386,35
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	73.486.422,81
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		198.213,76
Fiscais e Previdenciárias	3n e 9	26.491.429,24
Negociação e Intermediação de Valores	3g	38.177.611,71
Diversas		8.619.168,10
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		206.660.980,50
DEPÓSITOS	3m, 11 e 18a	204.337.098,10
Depósitos a Prazo		204.337.098,10
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	13	755.985,56
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		755.985,56
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	1.567.896,84
Negociação e Intermediação de Valores	3g	2.416,00
Diversas		1.565.480,84
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		444.216,02
Resultados de Exercícios Futuros		444.216,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	383.310.581,69
Capital - De Domiciliados no País		250.010.660,88
Reservas de Lucros		133.482.184,39
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(182.263,58)
TOTAL DO PASSIVO		1.446.357.700,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Demonstração do Resultado
(Em reais)

	NOTAS	01/01 a 31/12/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de Crédito	3f	124.915.214,08 24.591.771,37
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3d	100.070.998,34
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3e	252.444,37
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Operações de Captação no Mercado		(107.428.835,48) (106.397.296,52)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3f e 7e	(1.031.538,96)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
		17.486.378,60
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		
Receitas de Prestação de Serviços	17a	(30.631.345,95) 67.126.060,01
Despesas de Pessoal		(58.397.389,33)
Outras Despesas Administrativas	17b	(39.003.723,77)
Despesas Tributárias		(8.297.099,99)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	5.011.859,44
Outras Receitas Operacionais	17c	5.833.255,62
Outras Despesas Operacionais	17d	(2.904.307,93)
RESULTADO OPERACIONAL		
		(13.144.967,35)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
		(105.012,96)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		
		(13.249.980,31)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Provisão para Imposto de Renda	3n e 9	(12.349.983,85) (2.123.365,47)
Provisão para Contribuição Social		(1.279.432,52)
Ativo Fiscal Diferido		(8.947.185,86)
PREJUÍZO		
Prejuízo por Ação - R\$		(25.599.964,16) (4,96)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)
(Em reais)

	Capital Realizado	Capital a Realizar	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	250.010.660,88	(7.701,96)	18.428.669,39	149.653.479,16	-	-	418.085.107,47
Aumento de Capital	-	7.701,96	-	-	-	-	7.701,96
Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(182.263,58)	-	(182.263,58)
Prejuízo	-	-	-	-	-	(25.599.964,16)	(25.599.964,16)
Destinação do Resultado:							
Dividendos	-	-	-	(9.000.000,00)	-	-	(9.000.000,00)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(25.599.964,16)	-	25.599.964,16	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	250.010.660,88	-	18.428.669,39	115.053.515,00	(182.263,58)	-	383.310.581,69
Mutações do Período	-	7.701,96	-	(34.599.964,16)	(182.263,58)	-	(34.774.525,78)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Fator S.A. (Prudencial)
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em reais)

	01/01 a 31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) AJUSTADO	(17.869.056,29)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(25.599.964,16)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):	7.730.907,87
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	383.347,78
Depreciações e Amortizações (Nota 17b)	3.307.220,71
Tributos Diferidos	8.947.185,86
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Nota 10)	(5.011.859,44)
Resultado na Alienação de Imobilizado	105.012,96
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	36.576.388,88
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.984.236,55
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financ. Derivativos	11.324.499,92
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(233.521,02)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(90.711.118,01)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	57.279.555,05
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(163.719,95)
(Redução) Aumento em Depósitos	76.156.659,62
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(13.662.625,29)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	55.591.696,02
(Redução) Aumento em Instrumentos Financ. Derivativos	676.344,05
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(62.912.411,00)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	246.792,94
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.707.332,59
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	10.193.920,67
Aumento de Capital em Controladas	(18.495.362,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(830.085,30)
Aquisição de Intangível/Diferido	(2.377.739,24)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.509.265,87)
Aumento de Capital	7.701,96
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(8.992.298,04)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Notas 3b e 4)	(1.794.231,32)
Início do Período	3.940.276,91
Final do Período	2.146.045,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento.

As operações são conduzidas integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tem coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que inclui os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no País ou no exterior.

Conforme artigo 10º, parágrafo 2º da Circular nº 3.701/14, do Banco Central do Brasil (BACEN), que estabelece procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, fica facultada a apresentação comparativa das referidas demonstrações relativas às datas-bases anteriores a 30 de junho de 2014.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e da Controlada:

Empresa	Atividade	31/12/2014
		Participação
Fator S.A. Corretora de Valores	Instituição Financeira	100,00%

As demonstrações financeiras relativas ao período de 01/01 a 31/12 de 2014 foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2015.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Critérios de Consolidação

No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Operações com Opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

Operações de Futuros: O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Operações de "Swap": O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, não consideradas como "hedge accounting", são avaliadas na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.

f) Operações de Crédito e Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7.

g) Negociação e Intermediação de Valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

j) Intangível / Diferido

É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares, e gastos com organização e expansão em imóveis de terceiros, amortizados pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – "Impairment"

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

I) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

n) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9.

o) Receitas e Despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades	447.799,24
Aplicações no Mercado Aberto	1.698.246,35
Total	2.146.045,59

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>31/12/2014</u>	
	<u>Até 90 dias</u>	<u>Total</u>
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.698.246,35	1.698.246,35
Letras Financeiras do Tesouro	1.698.246,35	1.698.246,35
Total	1.698.246,35	1.698.246,35

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Carteira Própria	Vinculados a Recompra	Vinculados a Prestação de Garantias	Total 31/12/2014
Títulos para Negociação	148.954.487,00	291.543.320,41	88.820.987,25	529.318.794,66
Debêntures (b)	54.420.364,35	-	-	54.420.364,35
Quotas de Fundos de Investimento (c)	4.268.364,12	-	-	4.268.364,12
Letras do Tesouro Nacional (a)	77.093.486,38	291.543.320,41	38.331.249,23	406.968.056,02
Ações (c)	13.172.272,15	-	-	13.172.272,15
Letras Financeiras do Tesouro (a)	-	-	45.120.570,92	45.120.570,92
Cédula de Produto Rural (b)	-	-	5.369.167,10	5.369.167,10
Títulos Disponíveis para Venda	189.042.550,04	-	20.096.241,63	209.138.791,67
Debêntures (b)	147.343.813,48	-	-	147.343.813,48
Certificados de Depósito Bancário (b) (d)	30.383.600,93	-	-	30.383.600,93
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	10.197.220,49	-	-	10.197.220,49
Letras de Crédito do Agronegócio (b)	594.931,40	-	-	594.931,40
Letras Financeiras do Tesouro (a)	522.983,74	-	-	522.983,74
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	-	-	20.096.241,63	20.096.241,63
Títulos Mantidos até o Vencimento	239.391.559,42	32.422.164,55	76.178,61	271.889.902,58
Letras do Tesouro Nacional (a)	148.879.322,06	32.422.164,55	76.178,61	181.377.665,22
Certificados de Depósito Bancário (b) (d)	90.512.237,36	-	-	90.512.237,36
Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	657.593,90	-	-	657.593,90
Total	578.046.190,36	323.965.484,96	108.993.407,49	1.011.005.082,81

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações);

(b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP);

(c) Custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e/ou na Instituição administradora do fundo;

(d) Em 31/12/2014 foi efetuada a transferência do CDB da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para "Títulos Mantidos até o Vencimento" no montante de R\$ 40.511.467,93;

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total 31/12/2014
Títulos para Negociação	17.440.636,27	25.107.406,36	7.984.093,68	478.786.658,35	529.318.794,66
Debêntures	-	-	-	54.420.364,35	54.420.364,35
Quotas de Fundos de Investimento	4.268.364,12	-	-	-	4.268.364,12
Letras do Tesouro Nacional	-	461.797,26	-	406.506.258,76	406.968.056,02
Ações	13.172.272,15	-	-	-	13.172.272,15
Letras Financeiras do Tesouro	-	24.645.609,10	2.614.926,58	17.860.035,24	45.120.570,92
Cédula de Produto Rural	-	-	5.369.167,10	-	5.369.167,10
Títulos Disponíveis para Venda	-	818.006,92	34.886.842,26	173.433.942,58	209.138.791,67
Debêntures	-	-	4.639.125,27	142.704.688,30	147.343.813,57
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	30.383.600,93	30.383.600,93
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	9.851.567,14	345.653,35	10.197.220,49
Letras de Crédito do Agronegócio	-	295.023,18	299.908,22	-	594.931,40
Letras Financeiras do Tesouro	-	522.983,74	-	-	522.983,74
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	20.096.241,63	-	20.096.241,63
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	271.889.902,58	271.889.902,58
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	181.377.665,22	181.377.665,22
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	90.512.237,36	90.512.237,36
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	657.593,90	-	-	657.593,90
Total	17.440.636,27	26.583.007,18	42.870.935,94	924.110.503,51	1.011.005.082,90

(a) Vencimento em 18/12/2020.

O Banco adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

31/12/2014			
	Valor Referencial	Ativo	Passivo
Contratos de Futuros	1.071.462.956,30	-	-
Compromissos de Compra	321.687.436,30	-	-
Futuro DI	319.600.000,00	-	-
Futuro Índice	353.248,00	-	-
Futuro Dólar	1.734.188,30	-	-
Compromissos de Venda	749.775.520,00	-	-
Futuro DI	747.000.000,00	-	-
Futuro Índice	2.775.520,00	-	-
Contratos de Opções	343.905.050,00	657.593,90	1.169.931,82
Compromissos de Compra	322.035.050,00	139.499,00	365.556,62
Opção Índice	304.013.850,00	34.000,00	333.815,82
Opção Ações	18.021.200,00	105.499,00	31.740,80
Compromissos de Venda	21.870.000,00	518.094,90	804.375,20
Opção Índice	2.250.000,00	16.641,50	276.114,00
Opção Ações	19.620.000,00	501.453,40	528.261,20
Contratos Derivativos Swap	480.030,04	-	39.454,53
Total	1.415.848.036,34	657.593,90	1.209.386,35

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
31/12/2014				
Contratos de Futuros	8.462.956,30	196.000.000,00	867.000.000,00	1.071.462.956,30
Compromissos de Compra	5.687.436,30	2.000.000,00	314.000.000,00	321.687.436,30
Futuro DI	3.600.000,00	2.000.000,00	314.000.000,00	319.600.000,00
Futuro Índice	353.248,00	-	-	353.248,00
Futuro Dólar	1.734.188,30	-	-	1.734.188,30
Compromissos de Venda	2.775.520,00	194.000.000,00	553.000.000,00	749.775.520,00
Futuro DI	-	194.000.000,00	553.000.000,00	747.000.000,00
Futuro Índice	2.775.520,00	-	-	2.775.520,00
Contratos de Opções	343.905.050,00	-	-	343.905.050,00
Compromissos de Compra	322.035.050,00	-	-	322.035.050,00
Opção Índice	304.013.850,00	-	-	304.013.850,00
Opção Ações	18.021.200,00	-	-	18.021.200,00
Compromissos de Venda	21.870.000,00	-	-	21.870.000,00
Opção Índice	2.250.000,00	-	-	2.250.000,00
Opção Ações	19.620.000,00	-	-	19.620.000,00
Contratos Derivativos Swap	480.030,04	-	-	480.030,04
Total	352.848.036,34	196.000.000,00	867.000.000,00	1.415.848.036,34

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira de Crédito por Tipo de Operação

31/12/2014		
	Saldo	%
Empréstimos	164.868.744,70	97,72%
Cheque Especial e Conta Garantida	2.448.370,40	1,45%
Empréstimos de Ações	1.403.505,37	0,83%
Total	168.720.620,47	100,00%

b) Operações de Crédito por Setor de Atividade e Prazos

	Vencida		A vencer		Total
	A partir 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
31/12/2014					
Empréstimos e Títulos Descontados					
Setor Privado:	2.282,35	15.220.152,63	81.297.429,11	72.200.756,38	168.720.620,47
Indústria	-	854.900,93	13.486.675,59	14.042.233,34	28.383.809,86
Intermediários Financeiros	-	1.403.505,37	-	-	1.403.505,37
Outros Serviços	-	10.883.282,00	67.262.119,90	57.073.118,36	135.218.520,26
Pessoas Físicas	2.282,35	2.078.464,33	548.633,62	1.085.404,68	3.714.784,98
Total	2.282,35	15.220.152,63	81.297.429,11	72.200.756,38	168.720.620,47

Curto Prazo

96.519.864,09

Longo Prazo

72.200.756,38

c) Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível	31/12/2014			
	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	%
AA	1.684.724,34	-	-	-
A	27.892.876,02	-	139.464,23	7,00
B	133.798.706,80	-	1.337.986,95	67,19
C	295.410,75	2.282,35	8.862,29	0,45
D	5.048.902,56	-	504.890,25	25,36
Total	168.720.620,47	2.282,35	1.991.203,72	100,00

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, levando-se em consideração o risco das operações, amparada por informações internas e externas.

d) Operações de Crédito por Concentração de Risco

	31/12/2014	
	R\$ mil	%
10 Maiores Clientes	163.409.251,70	96,85%
Demais Clientes	5.311.368,77	3,15%
Total	168.720.620,47	100,00%

e) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

No período findo em 31/12/2014, a provisão apresentou as seguintes movimentações:

	31/12/2014
Saldo Inicial	5.721.580,19
Provisão	1.268.461,58
Reversão de Provisão	(885.113,80)
"Write-Off"	(1.597.605,42)
Saldo Final	4.507.322,55

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2014
Rendas a Receber	12.796.410,57
Comissões e Corretagens a Receber	94.223,12
Dividendos e Bonificações a Receber	4.463.118,99
Outras Rendas a Receber	8.239.068,46
Negociação e Intermediação de Valores	12.242.056,27
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	9.867.009,22
Caixas de Registro e Liquidação	1.009.478,03
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	398.797,53
Operações de Intermediação de Swap	966.771,49
Diversos	82.802.154,07
Adiantamentos e Antecipações Salariais	242.236,26
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (Nota 9b)	33.676.547,55
Impostos e Contribuições a Compensar	7.248.939,33
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	32.634.437,93
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	3.878.700,13
Devedores Diversos - País	5.121.292,87
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.516.118,83)
Total	105.324.502,08

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF pela não entrega de informações sobre a CPMF no prazo e IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e Bovespa, os quais estão sendo questionados judicialmente.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(13.249.980,31)
Adições Temporárias	83.854.299,34
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	80.893.258,51
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.157.011,97
Provisão para Contingências	1.058.320,84
Outras Adições Temporárias	745.708,02
Adições Permanentes	32.834.858,91
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.796.227,29
Outras Adições Permanentes	18.038.631,62
Exclusões Temporárias	(70.163.560,80)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(67.700.183,62)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.463.377,18)
Exclusões Permanentes	(41.624.200,23)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(13.558.086,73)
Outras Exclusões Permanentes (a)	(28.066.113,50)
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(8.348.583,09)
(-) Compensação 30% - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(3.431.749,45)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.780.332,53)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	(3.130.921,66)
Ajuste IRPJ e CSLL de Períodos Anteriores	(271.876,33)
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários	(8.947.185,86)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.349.983,85)

(a) Refere-se basicamente à reversão de provisão referente a IRPJ e CSLL relativo ao IPO Bovespa e BM&F, por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14.

b) Demonstração dos Créditos Tributários

De 01/01 a 31/12/2014, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/2013	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2014
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	30.793.218,41	692.011,07	(13.665.712,62)	17.819.516,86
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.288.632,10	169.781,00	(1.331.369,25)	1.127.043,85
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	9.111.841,02	32.352.057,80	(26.977.374,62)	14.486.524,20
Provisão para Contingências	202.864,00	-	(202.864,00)	-
Provisão de Despesas	105.668,83	458.338,07	(320.544,26)	243.462,64
Total	42.502.224,36	33.672.187,94	(42.497.864,75)	33.676.547,55

A Administração da Corretora, em 31/12/2014, efetuou a baixa total no montante de R\$ 12.808.285,52, conforme requerido pela Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores.

Em 31/12/2014, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 20.328.217,86.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Período	IRPJ / CSLL
2015	4.919.725,82
2016	9.915.398,65
2017	1.752.346,28
2018	2.069.525,47
2019	3.120.260,03
2020 a 2024	11.899.291,30
	33.676.547,55

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor presente dos créditos tributários em 31/12/2014 é de R\$ 20.940.499,38, utilizando-se a curva futura de juros, obtida na BM&FBOVESPA, como fator de desconto.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a realização de tais valores.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Fator Seguradora S.A.	Brasil Agrosec Companhia Securitizadora	Total
Quantidade de Ações/Cotas				
31/12/2014	29.173.020	4.814	1.163.761	30.341.595
Patrimônio Líquido				
31/12/2014	15.360.931,91	133.241.345,01	221.442,24	148.823.719,16
Lucro Líquido (Prejuízo)				
01/01 a 31/12/2014	(13.229.378,74)	18.792.079,96	(2.281.184,69)	3.281.516,53
Participação Acionária (%)	99,99%	100,00%	23,75%	
Valor Patrimonial do Investimento				
31/12/2014	15.359.395,82	133.241.345,01	52.592,53	148.653.333,36
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas				
01/01 a 31/12/2014	(13.229.854,80)	18.792.079,96	(550.365,72)	5.011.859,44

NOTA 11 - DEPÓSITOS

	31/12/2014					Total
	Sem Vencimento	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Depósitos à Vista	4.062.123,11	-	-	-	-	4.062.123,11
Não Ligadas	4.062.123,11	-	-	-	-	4.062.123,11
Depósitos Interfinanceiros	-	31.697.839,64	-	-	-	31.697.839,64
Não Ligadas	-	31.697.839,64	-	-	-	31.697.839,64
Depósitos a Prazo	-	6.614.464,45	179.036.201,01	151.116.870,46	204.337.098,10	541.104.634,02
Ligadas	-	122.400,83	899.331,96	7.634.744,45	137.350,18	8.793.827,42
Não Ligadas	-	6.492.063,62	22.857.837,69	30.443.010,22	129.444.173,93	189.237.085,46
Com Garantia Especial do FGC	-	-	155.279.031,36	113.039.115,79	74.755.573,99	343.073.721,14
Total	4.062.123,11	38.312.304,09	179.036.201,01	151.116.870,46	204.337.098,10	576.864.596,77

NOTA 12 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2014	
	1 a 30 dias	Total
Carteira Própria	312.300.792,35	312.300.792,35
Letras do Tesouro Nacional	312.300.792,35	312.300.792,35
Total	312.300.792,35	312.300.792,35

NOTA 13 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2014				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Letras de Crédito Agrícola	7.218.932,07	32.281.086,38	7.387.117,38	-	46.887.135,83
Não Ligadas	7.218.932,07	32.281.086,38	7.387.117,38	-	46.887.135,83
Letras de Crédito Imobiliário	6.924.448,29	39.334.477,58	1.128.588,25	755.985,56	48.143.499,68
Não Ligadas	6.924.448,29	39.334.477,58	1.128.588,25	755.985,56	48.143.499,68
Certificados de Operações Estruturadas	249.891,41	908.537,90	984.742,52	-	2.143.171,83
Não Ligadas	249.891,41	908.537,90	984.742,52	-	2.143.171,83
Total	14.393.271,77	72.524.101,86	9.500.448,15	755.985,56	97.173.807,34

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2014
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	198.213,76
IOF a Recolher	198.213,76
Fiscais e Previdenciárias	26.491.429,24
Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Pagar	3.130.921,66
Impostos e Contribuições a Recolher (a)	23.360.507,58
Negociação e Intermediação de Valores	38.180.027,71
Credores - Conta Liquidações Pendentes	35.097.340,97
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	115.823,08
Credores por Empréstimos de Ações	2.481.196,00
Caixas de Registro e Liquidação	259.341,62
Comissões e Corretagens a Pagar	226.326,04
Diversas	10.184.648,94
Cheques Administrativos	217.000,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar	4.972.567,65
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 15b)	2.213.672,02
Credores Diversos - País	2.781.409,27
Total	75.054.319,65
Curto Prazo	73.486.422,81
Longo Prazo	1.567.896,84

(a) Refere-se à IRPJ e CSLL relativo ao IPO Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 19.357.131,12, por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14, na Corretora.

NOTA 15 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, o Banco e a Corretora não possuíam ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por:

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório.

Ações Trabalhistas: São provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos.

Composição e Movimentação das Provisões Consolidadas

	31/12/2014				Total
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiança	
Saldo Inicial	21.168.074,15	1.000,00	509.000,00	-	21.678.074,15
Constituição	-	852.657,57	202.823,27	648.191,18	1.703.672,02
Atualização Monetária	1.277.320,72	-	-	-	1.277.320,72
Reversão de Provisões (a)	(22.445.394,87)	-	-	-	(22.445.394,87)
Saldo Final	-	853.657,57	711.823,27	648.191,18	2.213.672,02

(a) Refere-se à reversão de provisão referente a IRPJ e CSLL relativo ao IPO Bovespa e BM&F por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14.

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	Natureza	31/12/2014		Total
		Banco	Corretora	
Fiscais	Tributos Federais (i)	1.892.427,04	203.522.001,90	205.414.428,94
Cíveis	Órgãos Reguladores	116.910,66	2.104.324,68	2.221.235,34
Trabalhistas	Reclamação Ex-Funcionários	388.079,81	14.184.432,78	14.572.512,59
Total		2.397.417,51	219.810.759,36	222.208.176,87

(i) A Corretora discute administrativamente, a incidência de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela Nova Bolsa (BM&FBovespa) e do processo de desmutualização da Cetip; PIS e COFINS relativo às despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras e referente a desmutualização das bolsas; ISS sobre corretagens e outras contingências (Nota 23).

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31/12/2014, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.161.402 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

Em AGE de 18/12/2014, foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.000.000,00.

NOTA 17 - DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	01/01 a 31/12/2014
a) Receitas de Prestação de Serviços	67.126.060,01
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	23.023.076,07
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	17.044.108,92
Rendas de Assessoria Técnica	15.566.938,07
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	7.276.631,38
Rendas de Garantias Prestadas	1.658.387,57
Rendas de Serviços de Custódia	1.106.697,94
Rendas de Outros Serviços	1.450.220,06
b) Outras Despesas Administrativas	39.003.723,77
Serviços do Sistema Financeiro	12.306.987,37
Serviços Técnicos Especializados	4.601.530,66
Aluguéis	4.405.914,60
Processamento de Dados	4.345.881,15
Comunicações	3.096.974,71
Promoções e Relações Públicas	1.021.701,05
Serviços de Terceiros	946.778,44
Condomínio	929.020,69
Viagens	928.337,28
Manutenção e Conservação de Bens	910.150,21
Transportes	490.437,20
Associações/Entidades de Classe	447.469,74
Publicações	394.552,00
Água Energia e Gás	364.354,42
Outras Despesas Administrativas	3.813.634,25
c) Outras Receitas Operacionais	5.833.255,62
Reversão de Provisões para Passivos Contingentes	3.623.610,52
Atualização de Depósitos Judiciais	1.397.271,88
Variações Monetárias Ativas	424.120,63
Recuperação de Encargos e Despesas	375.902,40
Outras	12.350,19
d) Outras Despesas Operacionais	2.904.307,93
Atualização de Contingências	2.295.261,75
Multas	279.693,52
Variações Monetárias Passivas	198.785,46
Outras	130.567,20

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Empresas Controladas e Ligadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações / Partes Relacionadas	31/12/2014	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Rendas a Receber	4.463.118,99	-
Fator Seguradora S.A.	4.463.118,99	-
Depósitos a Prazo	(8.793.827,42)	(250.878,82)
Fator Holding Financeira S.A.	(989.247,10)	(103.617,85)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(5.717.111,99)	(106.227,29)
Fator Capital S.A.	(122.400,83)	(17.955,23)
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	(1.942.836,49)	(20.147,12)
UBR Sociedade Administradora de Cartões S.A.	(22.231,01)	(2.931,33)
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	3.868.329,17	17.045.316,15
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	1.277.164,62	5.792.620,55
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	2.059.791,84	9.301.464,37
Fator Seguradora S.A.	531.372,71	1.951.231,23

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 10.196.037,64, o qual é considerado benefício de curto prazo.

NOTA 19 - RECURSOS DE TERCEIROS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Os recursos de terceiros sob administração/gestão do Banco, através de fundos de investimento, clubes de investimento ou de carteiras administradas, totalizam R\$ 4.762.306.387,45.

NOTA 20 - BENEFICIÁRIOS DE GARANTIAS PRESTADOS

Os avais e fianças prestados a terceiros, totalizam R\$ 99.236.694,21 e estão registrados em conta de compensação.

NOTA 21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do CMN e alterações posteriores.

b) Risco de Mercado

O monitoramento diário do risco de mercado do Banco é efetuado com utilização de duas medidas estatísticas, à saber:

1) Valor a Risco (VaR) paramétrico com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de 01 dia, modelo estatístico que utiliza a análise dos dados históricos normalizando a distribuição dos retornos de forma a estimar a perda financeira possível em um dia de mercado para 99% dos casos.

2) Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos, os cenários de estresse utilizados para apuração dos choques são estimados com base naqueles divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA. Esta abordagem tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

c) Risco de Liquidez

O monitoramento do risco de liquidez visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O processo de gestão deste risco é efetuado diariamente através do monitoramento do limite de caixa mínimo e do fluxo de caixa projetado através de relatório específico, onde são avaliados os ativos e passivos do banco para os próximos 252 dias úteis, levando-se em conta 5 cenários de liquidez com premissas diferentes.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12 do CMN.

d) Risco Operacional

A gestão do risco operacional visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos; incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções e, ou indenizações por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo para o gerenciamento do risco operacional pelo enfoque quantitativo consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna com suas respectivas causas e planos de ação. Permitindo a análise das perdas incorridas pelo enfoque qualitativo, possibilitando avaliar os riscos e a efetividade dos controles internos, visando à redução de perdas e à melhoria operacional do negócio.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/06 do CMN e alterações posteriores.

e) Gestão de Capital

A gestão de capital tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

A política de gestão de capital bem como o plano de capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.988/11 do CMN e alterações posteriores.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está disponibilizada no site do Banco: (http://www.bancofator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance).

NOTA 22 - LIMITES OPERACIONAIS

O índice da Basileia, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do CMN e alterações posteriores, está representado conforme abaixo:

	Banco
	31/12/2014
Risco de Crédito (RWAcpad)	101.157.923,03
Risco de Moedas (RWAcam)	-
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	13.205.235,93
Risco de Ações (RWAacs)	2.722.537,90
Risco Operacional (RWAopad)	13.492.904,15
Rban	21.049.097,52
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	151.627.698,53
Patrimônio Líquido	383.310.581,69
Ajustes Prudenciais	(26.998.390,28)
Patrimônio de Referência - PR	356.312.191,41
Excesso de Patrimônio em Relação ao Limite	204.684.492,88
Índice da Basileia Amplo	25,85%

NOTA 23 - EVENTO SUBSEQUENTE

Com o advento do Artigo 145º da Lei nº 13.097/15, a Administração da Corretora aderiu aos termos estabelecidos no Artigo 42º da Lei nº 13.043/14 e na Portaria PGFN/RFB nº 148/15, efetivando o pagamento em 03/02/2015 na ordem de R\$ 27.173.088,23, à vista, do auto de infração de IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado na incorporação de ações da Bovespa pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) no ano calendário de 2008. Face à opção, a Corretora desistiu da discussão nas esferas administrativa e judicial da possível contingência.